

POLÍTICA DE ACESSO AO PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO: O CASO DO METROPOLITAN MUSEU OF ART¹

Submetido em 30/09/2020
Aceito em 10/11/2020

Aline Cristina Costa de Arruda²
Elisa de Noronha Nascimento³

RESUMO: Este artigo apresenta-se como um contributo para a reflexão sobre o acesso público ao património museológico. Assume como marco contextual as transformações do pensamento e da prática sobre/nos museus frente aos novos valores que emergem com a Democracia Cultural, e com o protagonismo das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs na produção e partilha do conhecimento. Para tanto, discute a relevância da implementação de políticas de acesso nos museus contemporâneos e a importância das políticas de gestão de coleção e das ferramentas normalizadas nesse processo. Apresenta como caso de estudo o *Metropolitan Museum of Art* – Met, analisando algumas medidas adotadas por esta instituição para a promoção do acesso amplo e facilitado ao seu acervo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas museológicas. Tecnologia da informação e comunicação em museus. Acesso aberto. Sociedade contemporânea.

MUSEOLOGICAL HERITAGE ACCESS POLICY: THE CASE OF THE METROPOLITAN MUSEUM OF ART

ABSTRACT: *This article presents itself as a contribution to the reflection on public access to museological heritage. It takes as a contextual framework the transformations of thought and practice about / in museums in face of the new values that emerge with Cultural Democracy, and with the role of Information and Communication Technologies - ICTs in the production and sharing of knowledge. To this end, it discusses the relevance of implementing access policies in contemporary museums and the importance of collection management policies and standard tools in this process. It presents the Metropolitan Museum of Art - Met as a case study, analyzing some measures adopted by this institution to promote broad and facilitated access to its collection.*

KEYWORDS: *Museum policies. Information and communication technology in museums. Open access. Contemporary society.*

¹ Este artigo foi desenvolvido no âmbito da investigação de Aline Cristina Costa de Arruda, realizada como trabalho de conclusão do Mestrado em Estudos Artísticos – Estudos Museológicos e Curadoriais, da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP), sob a orientação da Professora Doutora Elisa de Noronha Nascimento.

² Mestre em Estudos de Arte – Estudos Museológicos e Curadoriais, na FBAUP. Bacharel em Artes Visuais e Arquivologia pela Universidade de Brasília – UnB. Email: aline.costa.arruda@gmail.com

³ Doutora e Pós-doutora em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Investigadora Contratada no CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»|FLUP. Professora Auxiliar Convidada nos Mestrado em Museologia da FLUP e no Mestrado em Estudos Museológicos e Curadorias da FBAUP. Email: enascimento@letras.up.pt

POLÍTICA DE ACESSO AO PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO: O CASO DO METROPOLITAN MUSEU OF ART

Introdução

Há pelo menos cinco décadas que o universo museológico vem se reinventando como resposta às exigências de uma nova realidade social e política que emerge com a instauração de novos paradigmas, entre os quais, a *Democracia Cultural*. Nesse sentido, o reconhecimento dos *direitos culturais* – acesso, fruição, produção e participação – como direitos básicos do ser humano assinalam algumas das atualizações, rupturas, afirmações e reorientações de discursos e práticas que fundamentam a relação entre o museu, o património que gerem e os seus públicos e/ou comunidades. O protagonismo atribuído às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) marca igualmente esta nova realidade – onde informação e conhecimento tornam-se valores sociais e económicos fundamentais⁴ – e potencializa o papel do museu como representante da diversidade cultural e como responsável pela preservação, difusão e acesso à cultura.

Frente a este cenário – onde já não é mais “possível analisar o museu sem considerar que tornar as suas coleções, informações e valores disponíveis ao público é essencial para a sua existência como instituição cultural”⁵ – discute-se aqui o acesso público ao património museológico. Para tanto, num primeiro momento e através da exploração da literatura especializada, discorre-se sobre a relevância da implementação de políticas de acesso nos museus contemporâneos e sobre a importância das políticas de gestão de coleção e das ferramentas normalizadas nesse processo. Assente na metodologia de Estudos de Caso, a discussão é desenvolvida ainda através da análise de algumas medidas adotadas pelo *Metropolitan Museum of Art* – Met, localizado em Nova Iorque, para a promoção do acesso amplo e facilitado ao seu acervo. A escolha do Met como caso de estudo justifica-se pelo seu alinhamento com os pilares de uma política de acesso aberto ao património museológico: transparência, participação social e compartilhamento de conhecimento.

1. O acesso público ao património museológico: contextos e realização

Em 2015, em sua 38ª Conferência Geral, a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (UNESCO) aprovou uma *Recomendação relativa à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, a sua Diversidade e o seu Papel na Sociedade*⁶, através da qual chamou a atenção dos seus Estados Membros para a

⁴ Takahashi, T. (org.) (2000). *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia.

⁵ Valdés Sagüés, C. (2008). “La Difusión, Una Función Del Museo” in *Revista Museos.Es.*, no. 4: 64.

⁶ UNESCO (2017). *Recomendação Referente à Proteção e Promoção Dos Museus e Coleções, Sua Diversidade e Seu Papel Na Sociedade*. Paris: UNESCO <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>.

importância das instituições museológicas na salvaguarda e difusão do património cultural, atribuindo as mesmas a função de representantes da diversidade cultural e a responsabilidade pela preservação, difusão e acesso à cultura. Em 2018, com a finalidade de acompanhar a implementação desta Recomendação e por meio de uma consulta pública aos seus Estados-membros⁷, a UNESCO destacou a relevância do museu como gerador de conhecimento e transformador social ao relacionar as suas funções com o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esta Agenda fundamenta-se na importância da construção colaborativa e solidária de um mundo caracterizado pelo respeito universal aos direitos humanos, à dignidade humana, à diversidade cultural e à igualdade de gênero⁸. Por fim, nesta consulta pública, a UNESCO destacou o papel dos museus no cenário globalizado, como geradores de conhecimentos, conscientizadores dos valores citados e promotores da inclusão social.

O entendimento da UNESCO sobre os museus na atualidade inscreve-se num contexto mais amplo de transformações pelo qual passou o *mundo dos museus* nas últimas décadas, muitas das quais impulsionadas pela *Democracia Cultural*. Enquanto um novo paradigma teórico e complexo que se desenvolve paulatinamente desde a década de 1970, a Democracia Cultural constitui-se, potencialmente, como um dos alicerces das políticas culturais implementadas a partir de então, que pretendem “transformar os sujeitos em protagonistas activos da sua própria história”, através de “ações vivenciais e comunitárias atravessadas por práticas culturais comprometidas”, assentes no “direito individual e colectivo à cultura”⁹. No âmbito dos museus, isso pressupõe trazer para o centro das suas práticas e preocupações os seus públicos e/ou comunidades – quem são, os seus anseios e necessidades –, assumindo os princípios de diversidade e inclusão. Segundo Hooper-Greenhill¹⁰, duas questões orientam fundamentalmente esse processo. A primeira diz respeito às *narrativas* e às *vozes*, ou *o que é dito e quem diz*; a segunda diz respeito à compreensão, à interpretação e à construção de significados, ou *quem ouve*. Por outras palavras, num contexto de Democracia Cultural, a transformação do museu pressupõe a reconceptualização da sua relação com o seu público sendo que a reflexão sobre os modos de

Acessado em julho de 2020.

⁷ UNESCO (2019). *Report on the Implementation of the UNESCO 2015 Recommendation on Museums & Collections*. Paris: UNESCO <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371549>. Acessado em julho de 2020.

⁸ Sobre a Agenda 2030 ver <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>

⁹ Teixeira Lopes, J. (2009). “Da Democratização Da Cultura a Um Conceito e Prática Alternativos de Democracia Cultural” in *Saber & Educar* (2009): 5, <https://doi.org/10.17346/se.vol14:121>. Acessado em julho de 2020.

¹⁰ Hooper-Greenhill, E. (2001). *Cultural Change in Museums: Professional Issues, Taking the Lead*. Papers Delivered to the Nordic Museums Leadership Programme, organised by Museumshøjskolen, the Danish Museums Training Institute, Copenhagen, Denmark, June 11th and 12th, 2001. www.arkade.aau.dk/links/60/610/index.tkl?tkl_search_scope=entire?query=&query1=museumsh%C3%B8jskolen&query2=&field_query1=term&field_query2=&type=&op1= Acessado em julho de 2020.

construção do conhecimento apresenta-se como um aspeto vital¹¹. Deste modo, ações que promovam o acesso ao património museológico ganham relevância; e funções como a comunicação e a educação passam a ser pensadas sob uma perspetiva mais social, considerando a participação da sociedade na construção do conhecimento gerado sobre e a partir do mesmo.

Desde meados da década de 1980, os museus e o património têm sido objeto de atenção académica e política em muitos países ocidentais, assistindo-se a transformações na perceção do seu papel e a uma mudança de paradigma (pelo menos em termos retóricos), do “museu como um templo” para “um museu como fórum”, do museu mero armazém-contenedor ao museu agente cultural (Levi 1985), referente comunitário e agitador de pensamento (Poussou 2007), agente de inclusão e de encontro para conhecer e até mesmo curar (Torregrosa 2017) e, como resultado, a um entendimento dos museus como espaços para a diversidade e democracia¹².

Há que se assinalar, igualmente, o impacto do pensamento crítico museológico para a transformação dos museus nas últimas décadas. Caracterizado, segundo Shelton, pela “interdisciplinaridade e por uma mudança nos modos de pensar o museu”, este pensamento consolida-se através da enfática e constante necessidade de refletir sobre o papel do museu “como uma instituição representativa e identitária de culturas, grupos e/ou comunidades, abrindo ao campo da Museologia novas perspetivas de pesquisa e ação”¹³. Entre as correntes do pensamento crítico museológico que se consolidam destaca-se aqui a Nova Museologia¹⁴ por assumir como seu conceito-chave “a reapropriação do território, do património, para o autodesenvolvimento individual e coletivo”¹⁵. Neste sentido, a Nova Museologia privilegiará ações que estimulam a participação e o acesso da comunidade ao património museológico, como forma de integração entre a instituição e público. Assim, a existência do museu consubstancia-se com a realização de uma política de conversação cultural entre muitos participantes e através da promoção de espaços para onde confluem uma série de dilemas, contradições e tensões em relação aos processos de seleção e produção de conhecimento¹⁶.

¹¹ Nascimento, E.N. (2017). *Discursos e Reflexividade: um estudo sobre a musealização da arte contemporânea*, Porto: Edições Afrontamento.

¹² Semedo, A; Fontal, O; Ibanez, A. (2017), “Objetos e Museus: Biografias, Narrativas e Vínculos Identitários” in *Midas*, no. 8 <https://doi.org/10.4000/midas.1169>. Acessado em agosto de 2020.

¹³ Shelton (2006) apud Nascimento, E.N. (2017). *Discursos e Reflexividade: um estudo sobre a musealização da arte contemporânea*, p. 68.

¹⁴ Gómez Martínez, J. (2006). *Dos museologías. Las tradiciones anglosajona y mediterránea: diferencias y contactos*, Gijón: Ediciones Trea.

¹⁵ Mensch, P. (1992). *Towards a Methodology of Museology*, University of Zagreb, Faculty of Philosophy, Doctor’s Thesis.

http://www.muuseum.ee/en/erialane_areng/museoloogiaalane_ki/p_van_mensch_towar

Acessado em julho de 2020.

¹⁶ Padró, C. (2003). “La museología crítica como una forma de reflexionar sobre los museos como zonas de conflicto e intercambio” in Lorente, J. et al. (orgs), *Museologia Crítica y Arte Contemporaneo*, Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, p. 51-70.

Neste contexto de transformações, de novos papéis e compromettimentos assumidos pelos museus, as TICs configuram-se como importantes ferramentas não só para a preservação, como também para a divulgação e acesso ao patrimônio museológico, atribuindo uma maior dinamicidade ao ambiente museológico e às suas relações com a comunidade. Em outras palavras, as TICs aceleram ou potencializam o processo de transformação dos museus por estimularem a comunicação, produção de conhecimento e intercâmbio de experiências e informações¹⁷.

Nessa perspectiva, os museus vêm inserindo as tecnologias da informação e comunicação (TICs), com o objetivo de integrar o conceito de interatividade dentro do espaço museológico, possibilitando ao visitante diversificar alternativas de percepção do conhecimento exposto nesse espaço¹⁸.

Centrando-se no comprometimento do museu com a promoção do acesso ao patrimônio museológico, sublinha-se aqui a importância das TICs para a implementação de um outro importante instrumento: a política de acesso. Entendida como um instrumento formalizado e aprovado pela administração dos museus, a política de acesso é um compromisso público que abrange toda a instituição. Orienta como as pessoas podem ver, usar e fazer referência ao patrimônio gerido pelo museu, como podem obter acesso aos seus espaços e coleções, e como podem compartilhar informações obtidas através deste acesso¹⁹. Fundamentalmente:

Uma política de acesso relaciona-se diretamente ao público dos museus e sua experiência com a instituição. Ela visa garantir a ampliação do acesso aos acervos e oferecer experiências significativas junto ao patrimônio sob sua custódia. Esta Política de certa forma garante que as ações de gestão do acervo estejam integradas ao interesse público e à missão institucional²⁰.

¹⁷ Nota-se que, de acordo com a Recomendação da UNESCO (2017), os Estados Membros deveriam “apoiar os museus a compartilhar e a disseminar o conhecimento e garantir que os museus tenham os meios para ter acesso a estas tecnologias quando consideradas necessárias para melhorar as suas funções fundamentais”.

¹⁸ Padilha, R.; Café, L.; Silva, E.L. (2014). “O Papel Das Instituições Museológicas Na Sociedade Da Informação/Conhecimento” in *Perspectivas Em Ciencia Da Informacao* 19, n.º 2: 68–82. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/1889>. Acessado em agosto de 2020.

¹⁹ Arts Council England, Welsh Government, Museums Galleries Scotland, Northern Ireland Museums Council (2018). *UK Museum Accreditation Scheme. Users and their experiences. Be accessible to the public*. https://www.artscouncil.org.uk/sites/default/files/download-file/Accreditation_Standard_Nov2018_0.pdf Acessado em agosto de 2020.

²⁰ Museu da Casa Brasileira (2019). “Política de Acesso aos Acervos” in MCB, *Política de Gestão de Acervos*. São Paulo: MCB e Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulos, p 36. https://www.mcb.org.br/wp-content/uploads/2019/03/PoliticaGest%C3%A3oAcervos_MCB.pdf Acessado em agosto de 2020.

Segundo o *UK Museum Accreditation Scheme*²¹, os aspetos gerais que devem ser abrangidos pela política de acesso, para que um museu consiga manter o seu acervo acessível são: utilizar métodos variados de interpretação para exibir as coleções; permitir o acesso do público às coleções, às informações associadas às mesmas, aos edifícios e páginas *online*; e prever a data para revisão da política. Sendo assim, o objeto de uma política de acesso inclui, para além das próprias coleções, o conhecimento produzido sobre e a partir das mesmas, seja por meio das atividades de gestão das coleções, seja por meio dos estudos e pesquisas que envolvem o património museológico.

Cita-se qui como um exemplo as políticas de acesso aberto para museus e que têm como escopo incentivar o acesso e o uso livre das coleções e do conhecimento construído a partir dos acervos museológicos. Segundo Wiedemann, Schmitt, e Patzschke²², a partir de uma perspectiva do acesso aberto, a utilização dos acervos se dá, especialmente, por meio de dispositivos digitais.

O conceito de utilização é entendido como o processo de utilizar conteúdos digitais ou permitir a sua utilização. Neste entendimento, permitir a sua utilização refere-se à acessibilidade não só no sentido da visibilidade pública, mas também no que diz respeito a opções para utilização posterior, tais como a alteração e adição ao conteúdo digital por terceiros²³.

Com o objetivo de serem mais efetivas, essas políticas utilizam-se das TICs para expandir o acesso e viabilizar a utilização da informação e conhecimento geridos pela instituição. Alguns recursos adotados pelos museus para facilitar a interação com o público são: aplicativos para *smartphones*, plataformas colaborativas, aplicação de inteligência artificial e adesão ao domínio público. Nesse sentido, as TICs são importantes porque contribuem para que as políticas de acesso alcancem um público maior e promovam a interação da instituição com este público. Todavia, chama-se aqui a atenção para a importância das políticas de gestão de coleção e das ferramentas normalizadas nesse processo.

As políticas de gestão de coleção englobam procedimentos para a sua organização, desde a aquisição até à alienação dos objetos museológicos, conforme a realidade de cada instituição, *i.e.*, adequam-se aos seus respetivos contextos institucionais, os quais são caracterizados pela sua cultura, valores, missão, código de ética, legislações. Dito de outra maneira, uma política de gestão de coleção contém orientações, nunca de forma taxativa, que buscam facilitar o desenvolvimento do trabalho de determinada instituição. Sendo assim, consolida-se como um arcabouço informacional riquíssimo sobre a realidade de um museu, pois é elaborada conforme o seu contexto institucional. Ainda outro aspeto

²¹ Arts Council England, Welsh Government, Museums Galleries Scotland, Northern Ireland Museums Council (2018). *UK Museum Accreditation Scheme. Users and their experiences. Be accessible to the public.*

²² Wiedemann, J.; Schmitt, S.; Patzschke, E. (2019). "Responding to Open Access: How German Museums Use Digital Content" in *Museum & Society* 17, no. 2:194.

²³ *Ibid.*

relevante a ser considerado é que a política de gestão de coleção, sendo um documento público, demonstra o compromisso da instituição com a sua missão e com a comunidade com a qual se relaciona.

Ao mesmo tempo, a gestão de um acervo museológico é uma ação complexa que envolve pressupostos teóricos e técnicos, relacionados com as várias áreas de trabalho do museu. Diante de tal complexidade e com vista ao eficiente funcionamento das instituições museológicas, torna-se importante que todas as suas práticas sejam realizadas de forma sistemática, baseadas em procedimentos, terminologias, padrões e normas bem definidos. Refere-se aqui ao uso das ferramentas normalizadas de gestão que contribuem também para um maior intercâmbio de experiências e informações entre instituições e entre profissionais da área, já que um dos objetivos das instituições que utilizam tais ferramentas é partilhar conhecimento em busca das melhores práticas e da expansão do acesso público do património que gerem²⁴. Nesse sentido, as ferramentas de gestão normalizadas podem ser uma alternativa para a realização de um trabalho baseado em compartilhamento de linguagem comum entre várias instituições e no aperfeiçoamento de práticas consoante com valores contemporâneos relacionados ao acesso democrático ao património.

Enfim, pode-se afirmar que a implementação de uma política de acesso efetiva obriga os museus a refletir sobre os compromissos que precisam assumir com o património que gerem e com a sociedade da qual fazem parte. Por outro, implica a informatização dos acervos museológicos, pressupondo-se, de acordo com Matos, “um processo assente na normalização internacional e sustentado em políticas de coleções preestabelecidas, tendo em conta o manancial de informação detido pelos museus e a democratização do conhecimento que as novas redes de comunicação proporcionam”²⁵.

2. A Política de Acesso do Metropolitan Museu of Art

O Metropolitan Museum of Art – Met foi fundado no ano de 1870, na cidade de Nova Iorque, com a finalidade de colecionar obras de arte representativas das primeiras manifestações culturais da humanidade até à atualidade. A ideia de criação do Met tem origem em 1866, quando um grupo de americanos, reunidos em Paris, discutiram a importância de se criar uma instituição de arte como instrumento para educar a sociedade. O advogado John Jay, mentor da ideia e primeiro presidente da instituição, liderou o projeto que culminou com a fundação do Met, quatro anos mais tarde.

Para viabilizar o projeto, Jay presidiu o *Union League Club*, em Nova Iorque, com o objetivo de reunir interessados, de diversos segmentos sociais, em concretizar a ideia da instituição do novo Museu.

²⁴ O *Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums* – SPECTRUM da Collections Trust, assim como, a norma ISO 21127:2006 resultante do trabalho do Comité Internacional para a Documentação do ICOM, o CIDOC, são exemplos atuais e bem-sucedidos de ferramentas de gestão normalizadas, adotadas a nível mundial.

²⁵ Matos, A. (2012). *SPECTRUM: Uma Norma de Gestão de Coleções Para Os Museus Portugueses*. Tese de doutoramento, Universidade do Porto, p. 80.

Desse modo, o Met foi criado para funcionar, inicialmente, no *Dodworth Building*, mas sofreu várias mudanças de endereço. Por fim, estabeleceu-se nas três galerias atuais: a Met Fifth Avenue, o Met Breuer e o Met Cloisters. Atualmente, as coleções são disponibilizadas fisicamente nestes endereços e, também, virtualmente por meio de TICs²⁶.

As intenções iniciais do projeto de criação do Met eram estabelecer um museu e uma biblioteca de arte, para incentivar os estudos relacionados com o conhecimento das artes e com o património cultural da humanidade. Tencionava-se ainda a aplicabilidade desse conhecimento na vida prática da sociedade o que envolvia as áreas social, económica e educativa (instrução da população). Ainda hoje, a ideia essencial dos propósitos do Museu são os mesmos, apenas acrescido do sentido de conexão de conhecimentos e pessoas.

Desde as suas primeiras aquisições o Met tem vindo a aumentar, a cada ano, a sua coleção e a consolidar-se como uma importante instituição de preservação da arte e do conhecimento a ser partilhado com a sociedade. O seu acervo museológico subdivide-se em dezessete coleções organizadas por temas e que são geridas por departamentos específicos. Além de gerir as coleções, os departamentos desenvolvem estudos que contribuem para a construção do conhecimento sobre as obras de arte que as constituem²⁷: Arte Americana; Arte Antiga do Oriente; Armas e Armaduras; Artes da África, Oceânia e América; Arte Asiática; Coleção de Trajes e Acessórios; Desenhos e Gravuras; Arte Egípcia; Pinturas Europeias; Esculturas Europeias e Arte Decorativa; Arte Grega e Romana; Arte Islâmica; Coleção Robert Lehman²⁸; Arte Medieval e Bizantina; Arte Moderna e Contemporânea; Instrumentos Musicais; e Fotografias²⁹.

Para viabilizar a gestão e acesso deste vasto acervo, o Met organiza-se a partir de políticas, programas e metodologias bem definidas e próprias a sua natureza específica: Política de Gestão de Coleções; Diretrizes relacionadas à solicitação de empréstimos da coleção; Política de Acesso Aberto; Programa de recursos de imagens e dados para acesso; Iniciativas de acesso aberto às coleções; Diretrizes de proveniência das coleções; Declaração institucional sobre diversidade, inclusão e igualdade de acesso³⁰.

²⁶ The Metropolitan Museum (2020). *History of the Museum – The Met*. <https://www.metmuseum.org/about-the-met/history>. Acessado em agosto de 2020.

²⁷ The Metropolitan Museum (2020). *The Met Collection*. <https://www.metmuseum.org/art/collection>. Acessado em agosto de 2020.

²⁸ Constituída por obras da Europa Ocidental, do século XIV ao século XX.

²⁹ De 1830 até o presente.

³⁰ The Metropolitan Museum (2020). *Collections Management Policy*. <https://www.metmuseum.org/about-the-met/policies-and-documents/collections-management-policy>. Acessado em agosto de 2020.

A política de gestão de coleções do Met é muito ampla e contempla aspetos como declaração de propósito e missão; objetivo da política de gestão de coleções; deveres do conselho de curadores; aquisições; descarte; cuidado das coleções; documentação e inventários; e acesso à coleção.

Entre os aspectos mencionados, distingui-se o “cuidado das coleções” por ser considerado pelo Met um ponto muito importante da sua política de gestão de coleções. Nesse sentido, no sítio *online* do Museu, é frisada a relevância dos padrões de conservação, da documentação exata de todos os trabalhos de exame e tratamento das obras de arte, da pesquisa científica para análise das obras de arte e do desenvolvimento de métodos preventivos e estratégias de conservação a longo prazo. Distingue-se igualmente a atividade de “documentação e inventários” que pressupõe manter registos precisos e atualizados sobre a identificação, localização e condição de todos os objetos da coleção, bem como das atividades em andamento, como exposições, empréstimos, pesquisas e correspondência com doadores, artistas e estudiosos³¹ – o que demonstra uma preocupação em se preservar, além do próprio objeto museológico, as informações e os conhecimentos gerados a partir dele. Todavia, distingue-se aqui, sobretudo, o “acesso à coleção”.

Com a finalidade de viabilizar um acesso mais amplo e eficiente, o Met adota, entre várias outras ações, uma Política de Acesso Aberto³², a qual foi implementada no ano de 2017, com o principal objetivo de disponibilizar todas as imagens de obras de arte, de domínio público, da sua coleção, por meio do uso de TICs.

Esta Política surgiu num contexto de parceria entre o Met e a *Wikimedia Foundation*, uma organização sem fins lucrativos, que apoia a *Wikipedia* e os seus projetos, e que tem como missão incentivar a sociedade a se conectar, disponibilizar e utilizar o conhecimento, ideias e criatividade, numa escala global. Com essa parceria o Met implementou programas e projetos associados que incentivam o compartilhamento e o uso do conteúdo gerido pela Instituição – as próprias imagens geradas a partir das coleções e o conhecimento construído a partir deste património museológico.

Torna-se aqui fundamental mencionar que entre as políticas estabelecidas pelo Met está a Política de Diversidade, Inclusão e Igualdade de Acesso³³, que busca promover o acesso às instalações, ao acervo, ao conhecimento, às oportunidades e às experiências, a todas as pessoas. Sendo assim, os princípios de diversidade, inclusão e igualdade de acesso são adotadas de forma ampla em todas as atividades e áreas da instituição.

³¹ Ibid.

³² Tallon, L. (2020). *Introducing Open Access at The Met*. <https://www.metmuseum.org/blogs/digital-underground/2017/open-access-at-the-met>. Acessado em agosto de 2020.

³³ The Metropolitan Museum (2020). *Institutional Diversity, Inclusion, and Equal Access Policy Statement*. <https://www.metmuseum.org/about-the-met/policies-and-documents/diversity-inclusion-and-equal-access-policy>. Acessado em agosto de 2020.

O estabelecimento desta Política influenciou a implementação de ações que facilitem o acesso às coleções, alicerçadas nos princípios da diversidade, respeito e inclusão. A inclusão deu-se, por exemplo, pela adequação das instalações físicas, de modo a que o Met esteja apto a receber pessoas com diferentes graus de dificuldades motoras ou sensoriais, e pela adoção de TICs nas ações relacionadas a produção e compartilhamento de conhecimento sobre as suas coleções.

Os exemplos a seguir ilustram a maneira como o Met realiza as suas funções, baseado nos valores relacionados com a abertura da instituição e conexão de pessoas e conhecimento, colaborando com o intercâmbio de informações. Desse modo, nota-se que o Museu tem um compromisso público com a comunidade, em busca das melhores práticas relacionadas com o acesso o patrimônio museológico que gere e a transparência das suas ações, podendo ser considerado uma instituição alinhada com os valores da sociedade contemporânea.

2.1 Projeto para utilização da licença Creative Commons Zero (CC0)

Um dos primeiros projetos realizados para atingir os objetivos da Política de Acesso Aberto foi a utilização de uma plataforma *online* colaborativa³⁴, que utiliza a licença *Creative Commons Zero* (CC0) e cujo conteúdo disponibilizado está em domínio público, e os respectivos direitos autorais são renunciados. Com isso, têm-se uma maior flexibilidade para o compartilhamento e uso do conteúdo armazenado. Atualmente, o Met conta com cerca de 406.000 imagens disponíveis para acesso e uso público.

Como no exemplo a seguir, as obras de arte abrangidas pela Política de Acesso Aberto estão sinalizadas com o ícone “CC0” e com as informações de “public domain” e “download”. Além, das próprias imagens, são disponibilizadas, também, as principais informações que contextualizam cada obra de arte. Essas informações (título, autor, data, dimensões, entre outras) são armazenadas em arquivo no formato CSV³⁵, codificado em UTF-8³⁶, próprio para *download*, na plataforma GitHub – que é uma plataforma *online*, de trabalho colaborativo, que permite aos programadores, utilitários ou qualquer usuário a contribuição em projetos privados e/ou *Open Source*.

³⁴ Disponível em <https://www.metmuseum.org/art/art-at-home>.

³⁵ Sobre os arquivos Comma-separated values ver *The Comma Separated Value (CSV) File Format. Create or parse data in this popular pseudo-standard format*. Disponível em <http://creativyst.com/Doc/Articles/CSV/CSV01.htm>.

³⁶ Sobre UTF-8 (8-bit Unicode Transformation Format- informática avançada) ver *UTF-8 and Unicode*. Disponível em <http://www.utf-8.com/>.



Figura 1: Exemplo de imagem acessível por meio da plataforma aberta com domínio público (The Metropolitan Museum 2020d).³⁷

2.2 Construção e Compartilhamento do Conhecimento

Ainda, como parte da Política de Acesso Aberto, o Met tem procurado estabelecer parcerias que contribuam para a ideia de intercâmbio e compartilhamento de informações e conhecimentos. Como exemplos de parceiros, têm-se: o Artstor³⁸, que é uma organização com a missão de compartilhar mídias digitais referentes aos conteúdos relacionados com arte, cultura e história, para alunos e professores, por meio de uma plataforma digital especializada em ensino e aprendizagem, com direitos autorais liberados para educação e pesquisa; a Biblioteca Pública Digital da América³⁹, que é uma plataforma para compartilhamento de livros e conteúdos relacionados com arte, cultura e história, de forma gratuita, com a missão de contribuir para a era do conhecimento; e a plataforma digital *Wikipedia*, com o objetivo de compartilhar informações sobre o Met na *internet* através do projeto GLAM-WIKI⁴⁰.

Outro aspecto a se destacar é o papel importante que esse tipo de acesso, amplo e facilitado exerce com relação ao desenvolvimento científico. Isso porque, um dos propósitos do Met é incentivar o uso do conteúdo armazenado e disponibilizado nas plataformas digitais por pesquisas científicas. Como exemplo de instituições que desenvolvem pesquisas a partir do conteúdo abrangido pela Política de

³⁷ Tallon, L. (2020). *Introducing Open Access at The Met*.

³⁸ <https://www.artstor.org/>

³⁹ <https://dp.la/>

⁴⁰ Sobre este projeto ver *GLAM/Metropolitan Museum of Art*. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:GLAM/Metropolitan_Museum_of_Art.

Acesso do Met, têm-se a *Google*, o *Cornell Tech*, a Universidade da Virgínia e a plataforma de ciência de dados *Kaggle*.

2.3 Utilização de Inteligência Artificial

Ainda, o Met realizou uma parceria com a *Microsoft* e o *Massachusetts Institute of Technology* – MIT, por meio do projeto *Art Explorer*, que utiliza Inteligência Artificial – IA. Neste projeto é usado o recurso de pesquisa cognitiva do Azure Search⁴¹, que é um serviço de pesquisa da Plataforma em Nuvem do Microsoft Azure que fornece recursos de indexação e consulta de dados com funcionalidades de IA. Com isso é possível, por exemplo, o fornecimento de novos pontos de acesso, de relações entre obras de arte por algum padrão visual semelhante, além do pesquisado pelo usuário.

Além disso, destacam-se, no âmbito do acesso aberto, os protótipos de IA desenvolvidos em parceria com a *Microsoft* e o MIT. São cinco protótipos, a saber: *Artwork of the Day*; *Gen Studio*; *My Life, My Met*; *Storyteller*; e *Tag, That's It!*. Todos eles são modelos tecnológicos que interagem com o público retornando conteúdos contextualizados e personalizados para os usuários. O *Artwork of the Day* retorna resultados contextualizados conforme o perfil de cada usuário; o *Gen Studio* permite ao usuário “imersão” na coleção e manipular obras distintas para criar uma nova obra; o *My Life, My Met* é uma interação entre a Microsoft AI e o Instagram, em que, são sugeridas obras relacionadas com as fotos pessoais do usuário; o *Storyteller* permite ao usuário, por meio do reconhecimento de voz, a criação de histórias, narrativas ilustradas com obras de arte do Met; e o *Tag, That's It!*, por meio da plataforma Wikimedia, possibilita relacionar palavras-chave utilizadas pelos usuários com obras de artes do acervo do Met.

A Política Acesso Aberto do Met abrange, ainda, um trabalho essencial realizado pelos profissionais da área da informação, que é a indexação das obras com palavras-chave que as contextualizam, além da descrição do assunto de cada objeto museológico. Nesse sentido, a indexação e descrição das obras, além de produzirem um conhecimento relacionado ao patrimônio museológico, contribuem com outras formas de geração de conhecimento. Como exemplo, cita-se o inter-relacionamento entre as coleções *online* do Met e outras bases, como a Wikipedia, por meio das habilidades cognitivas da IA. Neste caso, algumas obras de artistas muito conhecidos estão vinculadas às biografias dos seus respectivos artistas produtores, que estão disponíveis na Wikipedia.

⁴¹ Sobre o Azure Search ver *O que é a Pesquisa Cognitiva do Azure?* Disponível em <https://docs.microsoft.com/pt-pt/azure/search/search-what-is-azure-search>

2.4 Projeto para Desenvolvimento de API

Um outro projeto importante, que viabilizou o acesso amplo, em escala global do acervo do Met, foi o desenvolvimento de uma *Application Programming Interface* – API específica para a *Met Collection*. Com isso, o Museu incentivou a difusão do seu patrimônio cultural, ao disponibilizar uma aplicação que permite o acesso a informações sobre a coleção e a possibilidade de outros sítios Web utilizarem, de forma facilitada, essa informação.

Atualmente, há uma parceria entre o Met e a *Google Arts & Culture* - GA&C, em que por meio da conexão entre a API *The Met Collection* e este sítio da *Google*, as obras da coleção do Met são disponibilizadas para pesquisa pública. Com isso, ocorre uma sincronicidade entre os dois sítios, pois à medida em que o Met atualiza o seu banco de imagens *online*, automaticamente a GA&C é atualizada. Isso não ocorreria caso não se utilizasse a API, já que a atualização no *Google* seria manual. A figura a seguir exemplifica uma consulta de obras do Met disponibilizadas no *Google culture*.

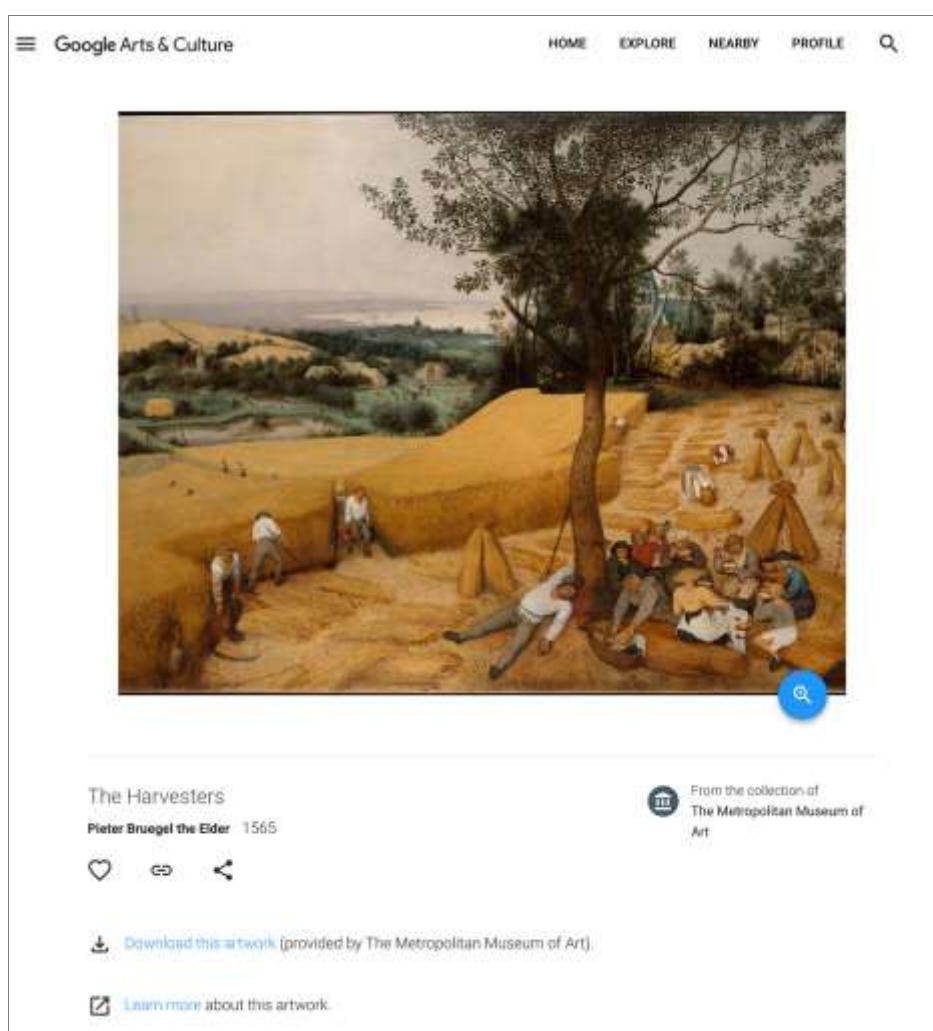


Figura 2: Exemplo de plataforma de conteúdo disponível em plataforma colaborativa.⁴²

⁴² Tallon, L. (2020). *Scaling the Mission: The Met Collection API* <https://www.metmuseum.org/blogs/now-at-the->

Além disso, o Met estabeleceu uma integração entre esta API e o recurso *online Google Knowledge Graph*. Este recurso possibilita a geração de conhecimento relacionado com o que foi pesquisado pelo usuário no *Google*, sem que ele precise navegar para outros sítios.

Nota-se, entretanto, que o Met mantém igualmente uma Política de Procedimentos e Acesso aos Arquivos. Com isso, incentiva o acesso aos registros relacionados com as atividades e as coleções do Museu e que são fontes riquíssimas de informação sobre o patrimônio cultural. Isso porque os arquivos são constituídos por documentos comprobatórios e de valor histórico e cultural, acumulados naturalmente, em razão das atividades da instituição produtora.

Além dos arquivos, o Museu apresenta um conjunto de bibliotecas e centros de pesquisas, que também estão abertos ao público, como forma de estimular o compartilhamento de conhecimento. Esses locais gerenciam e disponibilizam materiais, como publicações e objetos especializados em conteúdos relacionados com o patrimônio cultural do Museu. Dessa forma, o Met mantém políticas de acesso aberto que abrangem todas as áreas da informação: coleções museológicas, arquivo, biblioteca e centro de pesquisa.

Por fim, além das ações apresentados acima, o Met definiu na sua Política de Acesso Aberto, intenções voltadas para a contínua ampliação do acesso e utilização do conhecimento gerado pelo Museu. Assim, a instituição estabeleceu como próximas etapas:

- Conscientizar a sociedade quanto à existência da Política Acesso Aberto e a possibilidade de uso irrestrito das imagens das obras disponibilizadas;
- Estimular a sociedade a explorar as imagens e dados do acesso aberto;
- Estabelecer parcerias com empresas de tecnologias, a fim de desenvolver novas integrações entre as coleções do Met e a *API Met Collection*.

Como se pode observar, o Met preocupa-se com a conscientização da sociedade quanto à existência e disponibilização da sua coleção museológica e do conhecimento gerado a partir dela. Isso porque a conscientização, assim como os projetos aqui mencionados, é essencial para que de fato o conhecimento seja compartilhado e construído por todos, de modo eficiente. Em outras palavras, se uma política de acesso não tiver alcance na sociedade, não se justifica a implementação dela.

Missão do Met	O <i>Metropolitan Museum of Art</i> recolhe, estuda, conserva e apresenta obras de arte significativas em todos os tempos e culturas, a fim de conectar as pessoas à criatividade, conhecimento e ideias.
Política de Acesso Aberto	<p>Abrangência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coleções e galerias; • Arquivos; • Bibliotecas e • Centros de informação. <p>Missão: compartilhar, com o maior alcance possível, o patrimônio cultural gerido pelo Met.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • disponibilizar imagens de obras de domínio público ou aquelas que o Museu renuncia a qualquer direito autoral; • Disponibilizar imagens de obras que o Museu sabe estar sob direitos autorais ou outras restrições; • disponibilizar dados relativos à coleção on-line; • Facilitar e incentivar o uso das imagens pela comunidade. <p>Iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Declaração institucional sobre diversidade, inclusão e igualdade de acesso; • Diretrizes relacionadas à solicitação de empréstimos da coleção; • Definição de intenções para continuidade das ações: consciencialização sobre a existência do banco de conhecimento, estabelecimento de novas parcerias e demonstração das possibilidades de uso dessas informações. <p>Ações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Parceria <i>Wikimedia Foundation</i> (resultou na política de acesso aberto); 2. Disponibilização de imagens de domínio público (CC0); 3. Parcerias para compartilhamento de conhecimento: <i>Creative Commons</i>, <i>Wikimedia</i>, <i>Artstor</i>, Biblioteca Pública Digital da América, Plataforma GitHub. 4. Parcerias para pesquisa científica (parceria com <i>Google</i>, <i>Cornell Tech</i>, Universidade da Virgínia e a plataforma Kaggle); 5. Projeto Art Explorer: parceria Met, a <i>Microsoft</i> e o MIT para desenvolvimentos dos modelos com IA (<i>Artwork of the Day</i>, <i>Gen Studio</i>, <i>My Life</i>, <i>My Met</i>, <i>Storyteller</i>). 6. Programa de indexação e descrição das obras; 7. Projeto <i>API Met Collection</i>; 8. Parceria entre o Met e a <i>Google Arts & Culture</i>; 9. Parceria <i>Google Knowledge Graph</i>; 10. Programa de recursos de imagens e dados para acesso; 11. Diretrizes de proveniência das coleções; 12. Desenvolvimento de pesquisas científica.

Tabela 1: Resumo dos programas e projetos associados à Política de acesso Met.

Considerações finais

No corrente ano, a humanidade deparou-se com um acontecimento inesperado e de dimensão até então inimaginada: a ocorrência de uma crise humanitária gerada pela contaminação, em massa, da população de várias partes do mundo, pelo COVID-19. Este acontecimento altera, repentinamente, a forma como a sociedade se relaciona diariamente, o que obriga a uma mudança de comportamento –

agora caracterizado pelo isolamento social. Nesse contexto, as TICs tornam-se uma das principais ferramentas para viabilizar um novo modo de vida e de trabalho.

No âmbito dos museus, e devido ao empenho em superar tal desafio, nota-se a aceleração de um processo que emergia de forma lenta para uma grande parte destas instituições: a expansão do acesso ao património museológico e ao conhecimento gerado sobre o mesmo, através da utilização das TICs. Isso pode ser observado no *Relatório sobre o Impacto do COVID-19 nos Museus da Europa*, publicado pela Network of European Museum Organisations - NEMO⁴³, onde consta, entre outras informações, que “quatro em cada cinco museus têm aumentado os seus serviços digitais para atender ao público, e quase metade criou um ou mais serviços online novos”.

Nesse sentido, o relatório final da NEMO recomendou que as instituições invistam na digitalização do património cultural como forma de promoção da preservação, acesso e compartilhamento de conhecimento. Assim, observou a importância das instituições reconhecerem a necessidade da expansão do acesso para que o museu cumpra a sua missão: “O reconhecimento deve ser traduzido em investimentos em serviços digitais e infraestruturas para o futuro”⁴⁴.

Ainda, para minimizar o impacto dessa crise humanitária no acesso ao património museológico, o *Internacional Council of Museums* – ICOM Brasil publicou, em sua página *online*, algumas recomendações que incentivam as instituições de cultura e memória a realizarem ações que promovam a expansão do acesso remoto para o público em geral⁴⁵.

Quanto às recomendações do ICOM Brasil, elas abrangem várias áreas, tais como: “conservação de coleções de museus; garantia à segurança do património cultural durante o confinamento – um desafio para os profissionais de museus e serviços policiais; modos de alcançar o público remotamente”; impacto, inovações e planeamento para pós-crise; etapas para apoiar a resiliência da comunidade.⁴⁶

Entre estas áreas, destaca-se aqui a terceira – como alcançar o público remotamente –, por meio da qual o ICOM incentiva as instituições a disponibilizarem as suas coleções *online* e, quando não tiverem condições de fazer isso, a utilizarem as TICs para, de alguma maneira, se aproximarem do público.

⁴³ Network of European Museum Organisations – NEMO (2020). *Survey on the impact of the COVID-19 situation on museums in Europe Final Report*. https://www.nemo.org/fileadmin/Dateien/public/NEMO_documents/NEMO_COVID19_Report_12.05.2020.pdf. Acessado em agosto de 2020.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Internacional Council of Museums - ICOM Brasil (2020). *Recomendaciones de ICOM Brasil en Relación con Covid 19*. São Paulo: ICOM Brasil, 2020. http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Recomendaciones_de_ICOM_Brasil_en_relacion_con_COVID_28042020.pdf. Acessado em agosto de 2020.

⁴⁶ ICOM | OECD Webinar: *impact, innovations and planning for post-crisis; Museums and COVID-19: 8 steps to support community resilience*. Disponível em <https://icom.museum/en/covid-19/webinars/icom-oecd-webinar/>.

Recomenda-se, por exemplo, “que as instituições desenvolvam ou mantenham rotinas de interação com o público através das redes sociais (*Instagram, Twitter, Facebook*, etc.), seguindo um plano de divulgação das suas coleções e de estímulo à consulta e pesquisa em bases de dados ou página *web*”. Ainda, durante este período, “que produzam material para publicação digital (brochuras de orientações técnicas; catálogo digital de exposições realizadas, etc.) com informação clara e direta, acessível ao público”.⁴⁷

Nesta circunstância, os museus que mantêm as suas coleções organizadas com base em políticas de gestão de acervos provavelmente podem ter as suas dificuldades reduzidas. Todavia, e configurando-se como uma reflexão final, em aberto e para explorações futuras, o acesso ao património museológico pressupõe, acima de tudo, uma mudança nas culturas institucionais, onde os valores da diversidade, inclusão, igualdade, transparência, abertura e conectividade entre pessoas e conhecimento orientem de maneira transversal todas as funções dos museus. Assim, antes que a formalização de qualquer documento ou da adoção de qualquer norma, esta seja a política que se espera que os museus assumam na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

Arts Council England; Welsh Government; Museums Galleries Scotland; Northern Ireland Museums Council (2018). *UK Museum Accreditation Scheme. Users and their experiences. Be accessible to the public.* https://www.artscouncil.org.uk/sites/default/files/download-file/Accreditation_Standard_Nov2018_0.pdf Acessado em agosto de 2020.

Gómez Martínez, J. (2006). *Dos museologías. Las tradiciones anglosajona y mediterránea: diferencias y contactos*, Gijón: Ediciones Trea.

Hooper-Greenhill, E. (2001). *Cultural Change in Museums: Professional Issues, Taking the Lead*, Papers Delivered to the Nordic Museums Leadership Programme, organised by Museumshøjskolen, the Danish Museums Training Institute, Copenhagen, Denmark, June 11th and 12th, 2001. www.arkade.aub.aau.dk/links/60/610/index.tkl?tkl_search_scope=entire?query=&query1=museumsh%C3%B8jskolen&query2=&field_query1=term&field_query2=&type=&op1= Acessado em julho de 2020.

Internacional Council of Museums - ICOM Brasil (2020). *Recomendaciones de ICOM Brasil en Relación con Covid 19*. São Paulo: ICOM Brasil, 2020. http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Recomendaciones_de_ICOM_Brasil_en_relacion_con_COVID_28042020.pdf. Acessado em agosto de 2020.

⁴⁷ Internacional Council of Museums - ICOM Brasil (2020). *Recomendaciones de ICOM Brasil en Relación con Covid 19*.

Matos, A. (2012). *SPECTRUM: Uma Norma de Gestão de Coleções Para Os Museus Portugueses*. Tese de doutoramento, Universidade do Porto, p. 80.

Mensch, P. (1992). *Towards a Methodology of Museology*, University of Zagreb, Faculty of Philosophy, Doctor's Thesis. http://www.muuseum.ee/en/erialane_areng/museoloogiaalane_ki/p_van_mensch_towar
Acessado em julho de 2020.

Museu da Casa Brasileira (2019). “Política de Acesso aos Acervos” in MCB, *Política de Gestão de Acervos*. São Paulo: MCB e Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulos, p 36. https://www.mcb.org.br/wp-content/uploads/2019/03/PoliticaGest%C3%A3oAcervos_MCB.pdf
Acessado em agosto de 2020.

Nascimento, E.N. (2017). *Discursos e Reflexividade: um estudo sobre a musealização da arte contemporânea*, Porto: Edições Afrontamento.

Network of European Museum Organisations – NEMO (2020). *Survey on the impact of the COVID-19 situation on museums in Europe Final Report*. https://www.nemo.org/fileadmin/Dateien/public/NEMO_documents/NEMO_COVID19_Report_12.05.2020.pdf. Acessado em agosto de 2020.

Padilha, R.; Café, L.; Silva, E.L. (2014). “O Papel Das Instituições Museológicas Na Sociedade Da Informação/Conhecimento” in *Perspectivas Em Ciencia Da Informacao* 19, n.º 2: 68–82. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/1889>.
Acessado em agosto de 2020.

Padró, C. (2003). “La museología crítica como una forma de reflexionar sobre los museos como zonas de conflicto e intercambio” in Lorente, J. et al. (orgs), *Museologia Crítica y Arte Contemporaneo*, Zaragoza: Prensas Universitárias de Zaragoza, pp.51-70.

Semedo, A; Fontal, O; Ibanez, A. (2017), “Objetos e Museus: Biografias, Narrativas e Vínculos Identitários” in *Midas*, no. 8 <https://doi.org/10.4000/midas.1169>.
Acessado em agosto de 2020.

Shelton, A. (2006). “Museums and Museum Displays” in Tilley, C. et al. (ed.), *Handbook of Material Culture*, London: Sage Publications.

Takahashi, T. (org.) (2000). *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia.

Tallon, L. (2020). *Introducing Open Access at The Met*. <https://www.metmuseum.org/blogs/digital-underground/2017/open-access-at-the-met>. Acessado em agosto de 2020.

Tallon, L. (2020). *Scaling the Mission: The Met Collection API* <https://www.metmuseum.org/blogs/now-at-the-met/2018/met-collection-api>.
Acessado em agosto de 2020.

Teixeira Lopes, J. (2009). “Da Democratização Da Cultura a Um Conceito e Prática Alternativos de Democracia Cultural” in *Saber & Educar* (2009): 5, <https://doi.org/10.17346/se.vol14:121>.
Acessado em julho de 2020

The Metropolitan Museum (2020). *About The Met*. <https://www.metmuseum.org/about-the-met>. Acessado em agosto de 2020.

The Metropolitan Museum (2020). *The Met Collection*. <https://www.metmuseum.org/art/collection>. Acessado em agosto de 2020.

The Metropolitan Museum (2020). *Collections Management Policy*. <https://www.metmuseum.org/about-the-met/policies-and-documents/collections-management-policy>. Acessado em agosto de 2020.

The Metropolitan Museum (2020). *History of the Museum – The Met*. <https://www.metmuseum.org/about-the-met/history>. Acessado em agosto de 2020.

The Metropolitan Museum (2020). *Institutional Diversity, Inclusion, and Equal Access Policy Statement*. <https://www.metmuseum.org/about-the-met/policies-and-documents/diversity-inclusion-and-equal-access-policy>. Acessado em agosto de 2020.

UNESCO (2017). *Recomendação Referente à Proteção e Promoção Dos Museus e Coleções, Sua Diversidade e Seu Papel Na Sociedade*. Paris: UNESCO <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf>. Acessado em julho de 2020.

UNESCO (2019). *Report on the Implementation of the UNESCO 2015 Recommendation on Museums & Collections*. Paris: UNESCO, <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371549>. Acessado em julho de 2020.

Valdés Sagüés, C. (2008). “La Difusión, Una Función Del Museo” in *Revista Museos.Es.*, no. 4: 64.

Wiedemann, J.; Schmitt, S.; Patzschke, E. (2019). “Responding to Open Access: How German Museums Use Digital Content” in *Museum & Society* 17, no. 2:194.